

Saúde

PORTARIA nº 61 de 28/01/2022  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 291/2020, resolve: excepcionalmente, conforme processo SES nº 11794/2022, conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO**, de acordo com o artigo 77, da Lei 6.745/85, com redação dada pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 605 de 18/12/2013, à servidora **AMANDA ALENCAR EGITO DA CUNHA, matrícula nº 393.193-5-02**, nível GEPRO-SES-14-C, com atribuição de exercício na Diretoria de Assistência Farmacêutica, na competência de Farmacêutico, **a contar de 01/03/2022, pelo período de 02 anos, optando pelo não recolhimento** mensal das suas contribuições previdenciárias e da parte patronal ao Gestor do Regime Próprio de Previdência, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, art.17 e art. 82, da LC nº 412 de 2008, com redação dada pela LC 662/2015.  
**LUCIANO JORGE KONESCKI**  
**SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
Cod. Mat.: 797648

PORTARIA nº 62 de 28/01/2022  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 291/2020, resolve: excepcionalmente, conforme processo SES nº 190932/2021, conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO**, de acordo com o artigo 77, da Lei 6.745/85, com redação dada pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 605 de 18/12/2013, à servidora **MARIZA HOFFMANN MACHADO, matrícula nº 359.793-8-01**, nível GEPRO-SES-12-J, com atribuição de exercício no Laboratório Central de Saúde Pública, na competência de Técnico em Laboratório, **a contar de 03/03/2022, pelo período de 03 anos, optando pelo não recolhimento** mensal das suas contribuições previdenciárias e da parte patronal ao Gestor do Regime Próprio de Previdência, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, art.17 e art. 82, da LC nº 412 de 2008, com redação dada pela LC 662/2015.  
**LUCIANO JORGE KONESCKI**  
**SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
Cod. Mat.: 797651

**PORTARIA nº. 64 – 28/1/2022.**  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 291/2020 e conforme processo ADR19 00004634/2021, resolve **REMOVER** a servidora **SUZANA GEREMIAS FERNANDES**, matrícula nº. 0650510-4-02, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Enfermeira, originária da Unidade Técnica Descentralizada de Controle, Avaliação e Auditoria - UDECA Tubarão, nível GEPRO-SES-15/D, para a Unidade Descentralizada de Assistência Farmacêutica - UDAF Tubarão.  
**LUCIANO JORGE KONESCKI**  
**Superintendente de Gestão Administrativa**  
Cod. Mat.: 797653

PORTARIA n. 67 de 31/01/2022  
O CORREGEDOR DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020, resolve: PRORROGAR, de acordo com o artigo 38, da Lei Complementar nº 491/2010, por mais 60 (sessenta) dias, os efeitos da Portaria nº 870/2021/SES, publicada no Diário Oficial do Estado n. 21.657 de 30/11/2021, para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nos autos do processo SES 15206/2019, a contar de 30/01//2022.  
MARCIO MAIENBERGER COELHO  
Corregedor  
Cod. Mat.: 797675

**PORTARIA nº. 63 – 28/1/2022.**  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 291/2020 e conforme processo SES 124134/2021, resolve **REMOVER** a servidora **VANESSA VIEIRA DA SILVA MACIEL**, matrícula nº. 0373200-2-01, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Enfermeiro, originária do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina - ICA, nível GEPRO-SES-16/J, para atuar na Coordenadoria Macrorregional de Saúde de Florianópolis, a contar de 01/02/2022.  
**LUCIANO JORGE KONESCKI**  
**Superintendente de Gestão Administrativa**  
Cod. Mat.: 797690

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 3777/2022** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LICIMED DISTR. DE MED. COR. E PROD. MÉDICOS HOSP. LTDA** – CNPJ Nº 04.071.245/0001-60 a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 191,40 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 27699/2021 – Edital nº 1731/2021.  
Cod. Mat.: 797698

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR000044.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Associação Congregação de Santa Catarina, mantenedora do Hospital Santa Isabel, com sede no Município de Blumenau. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2021TR000044 fica prorrogado até 30 de setembro de 2022, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 20 de janeiro de 2022. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Wilson Carnevali Filho, pela Associação.  
Cod. Mat.: 797745

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 2391/2022** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI**, CNPJ 09.944.371/0001-04 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização de fornecimento nº 25715/2021, Edital nº1220/2021.  
Cod. Mat.: 797805

Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial

Polícia Militar

**PORTARIA Nº 23/PMSC de 27/01/2022.**  
**DISPENSO**, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 15 inciso II, parágrafo único, inciso II da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 16 inciso II, parágrafo único, inciso II do Decreto nº 333/07, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP, **Luiz Alberto da Cunha**, Subtenente PM RR Mat. 909716-3, **a contar de 24/01/2022.**

**MARCELO PONTES**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 797641

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PENALIDADE**  
**Processo:** 21123.2018.50698. **Interessado(a):** Antônio José Lemos. **CPF:** 162.037.399-87. **Auto de Infração:** 43882-A. **ATIVIDADE:** Impedir a regeneração natural de vegetação nativa em uma área de 0,056 hectares considerada de preservação permanente (margem de curso d'água), através da construção de um açude e terraplanagem, sem autorização dos órgãos ambientais competentes. **DECISÃO:** Diante do exposto a Autoridade Ambiental decidiu: APLICAR a Sanção Administrativa de Multa Simples no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e a Penalidade de Obrigação de Promover a Recuperação Ambiental; todavia, suspende a exigibilidade da referida sanção de multa simples se o Infrator assumir a obrigação de adotar medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir integralmente a degradação ambiental, mediante a formalização do Termo de Compromisso, reduzindo-se a multa simples em 90% (noventa por cento) do valor atribuído, para tanto, deverá comparecer nesta Unidade de Polícia Militar Ambiental no prazo de

30 dias de ciência desta decisão, para assinar o respectivo Termo de Compromisso, devendo apresentar Projeto de Recuperação da Área Degradada - PRAD, com parecer favorável do IMA quanto à sua exequibilidade, ou mesmo protocolo deste perante o órgão ambiental, podendo agendar data para assinatura do Termo de Compromisso através do seguinte e-mail: pmabalneariosetec@pm.sc.gov.br. HOMOLOGAR o Termo de Embargo/Interdição ou Suspensão, mantendo seus efeitos até o início da execução da Recuperação da Área ou autorização da atividade pelo órgão ambiental competente. APLICAR a Sanção Demolição de Obra para que remova as construções, que porventura tenham sido realizadas dentro do perímetro da APP (curso d'água) – como é o caso do açude, que deverão ser removidos às expensas da parte Autuada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência desta decisão, sendo que no caso de não cumprimento será aplicada a Sanção Administrativa de Multa Diária no valor de R\$100,00 (cem reais), cessando a partir da apresentação neste órgão ambiental, dos documentos que comprovem o cumprimento da determinação imposta. A não celebração do termo de compromisso, não elide a obrigação do administrado de reparar o dano ambiental. Balneário Camboriú/SC, 09 de abril de 2021. **Brianna Tosetto de Souza - 1º Tenente PM Mat. 372304-6 - Autoridade Ambiental Fiscalizadora.**  
Cod. Mat.: 797722

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PENALIDADE**  
**Processo:** 21123.2018.49941. **Interessado(a):**Norberto Decarli. **CPF:** 718.468.919-49. **Auto de Infração:** 43879-A. **ATIVIDADE:** Impedir a regeneração natural de vegetação nativa, em uma área de 0,2 ha considerada de preservação permanente (margem de curso d'água), através da construção de uma edificação mista, um açude, atividade de terraplanagem e abertura de estrada, sem autorização ou licença dos órgãos ambientais. **DECISÃO:** Diante do exposto a Autoridade Ambiental decidiu: APLICAR a Sanção Administrativa de Multa Simples no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e a Penalidade de Obrigação de Promover a Recuperação Ambiental; todavia, suspende a exigibilidade da referida sanção de multa simples se o Infrator assumir a obrigação de adotar medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir integralmente a degradação ambiental, mediante a formalização do Termo de Compromisso, reduzindo-se a multa simples em 90% (noventa por cento) do valor atribuído, para tanto, deverá comparecer nesta Unidade de Polícia Militar Ambiental no prazo de 30 dias de ciência desta decisão, para assinar o respectivo Termo de Compromisso, devendo apresentar Projeto de Recuperação da Área Degradada - PRAD, com parecer favorável do IMA quanto à sua exequibilidade, ou mesmo protocolo deste perante o órgão ambiental, podendo agendar data para assinatura do Termo de Compromisso através do seguinte e-mail: pmabalneariosetec@pm.sc.gov.br. HOMOLOGAR o Termo de Embargo/Interdição ou Suspensão, mantendo seus efeitos até o início da execução da Recuperação da Área ou autorização da atividade pelo órgão ambiental competente. APLICAR a Sanção Demolição de Obra para que remova as construções, que porventura tenham sido realizadas dentro do perímetro da APP (curso d'água) – incluindo a edificação mista em madeira e alvenaria e o açude artificial, que deverão ser removidos às expensas da parte Autuada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência desta decisão, sendo que no caso de não cumprimento será aplicada a Sanção Administrativa de Multa Diária no valor de R\$100,00 (cem reais), cessando a partir da apresentação neste órgão ambiental, dos documentos que comprovem o cumprimento da determinação imposta. Balneário Camboriú/SC, 23 de agosto de 2021. **Brianna Tosetto de Souza - 1º Tenente PM Mat. 372304-6 - Autoridade Ambiental Fiscalizadora.**  
Cod. Mat.: 797727

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PENALIDADE**  
**Processo:** 21123.2018.53822. **Interessado(a):** Alexsandro Rosa Guimarães. **CPF:** 017.261.919-07. **Auto de Infração:** 48982-A. **ATIVIDADE:** Ter em cativeiro 04 (quatro) aves da fauna silvestre Brasileira, sendo estes da espécie trinca-ferro, sem possuir a devida autorização/licença do órgão ambiental. **DECISÃO:** Diante do exposto a Autoridade Ambiental decidiu: APLICAR a Sanção Administrativa de Multa Simples no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). HOMOLOGAR o Termo de Apreensão e Depósito e a respectiva destinação. Balneário Camboriú/SC, 29 de junho de 2021. **Brianna Tosetto de Souza - 1º Tenente PM Mat. 372304-6 - Autoridade Ambiental Fiscalizadora.**  
Cod. Mat.: 797728

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PENALIDADE**  
**Processo:** 21123.2018.52027. **Interessado(a):** Elpidio José Michels. **CPF:** 932.597.609-97. **Auto de Infração:** 43725-A. **ATIVIDADE:** Executar extração de minerais, saibro, em uma área de 980 m², sema competente autorização da autoridade ambiental competente. **DECISÃO:** Diante do exposto a Autoridade Ambiental decidiu: APLICAR a Sanção Administrativa de Multa Simples no valor de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) e a Penalidade de Obrigação de Promover a Recuperação Ambiental; todavia,